

Revista

# 1ª EVOLUÇÃO

Ano II - nº 16 - Mai./2021 - ISSN 2675-2573

ISSN 2675-2573



**SYLVIA LIA GRESPAN NEVES**

**O poder de comunicar e de agir com as mãos!**



## POIESIS

Carlos Eugênio Rêgo  
Edivan Costa Gomes  
Patrícia Diniz  
Sonia Capano

## DESTAQUES

INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DAS BRINCADEIRAS  
Carla Ferraz



A IMPORTÂNCIA E OS BENEFÍCIOS DA MÚSICA NO CURRÍCULO ESCOLAR  
Erich Messias do Nascimento



A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

[www.primeiraevolucao.com.br](http://www.primeiraevolucao.com.br)



Revista **EVOLUÇÃO**

Ano II - nº 16 de Maio de 2021 - ISSN 2675-2573

**Editor Responsável:**

Antônio Raimundo Pereira Medrado

**Coordenação editorial:**

Ana Paula de Lima

Denise Mak

Manuel Francisco Neto (Angola)

Patrícia Tanganelli Lara

Thais Thomaz Bovo

Veneranda Rocha de Carvalho

**Organização:**

Vilma Maria da Silva

Manuel Francisco Neto

**AUTORES(AS)**

Carla Ferraz

Cinthia Caroline Gomes Lima de Oliveira

Débora Miriam Bezerra de Andrade

Debora Rodrigues Da Silva

Edna dos Reis Ricardo

Eliane de Jesus Ribeiro Souza

Erich Messias do Nascimento

Fellipe William Marques Martins

Izilda Marques Bastos Trindade

Luiz Ricardo Fueta

Maynara Chaves Ferreira

Renata de Andrade Mendes

Rosemary Nunes Gomes

Sileusa Soares da Silva

**A**

São Paulo  
2021

**Editor Responsável:**

Antônio Raimundo Pereira Medrado

**Coordenação editorial:**

Ana Paula de Lima  
Denise Mak  
Manuel Francisco Neto (Angola)  
Patrícia Tanganelli Lara  
Thaís Thomas Bovo  
Veneranda Rocha de Carvalho

**Com. de Avaliação e Leitura:**

Prof. Me. Adeílson Batista Lins  
Prof. Esp. Ana Paula de Lima  
Prof. Dra. Denise Mak  
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira  
Prof. Me. Ivete Irene dos Santos  
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto  
Prof. Dra. Patrícia Tanganelli Lara  
Prof. Dra. Thaís Thomaz Bovo  
Prof. Me. Veneranda Rocha de Carvalho

**Bibliotecária:**

Patrícia Martins da Silva Rede

**Edição, Web-edição e projetos:**

Antonio Raimundo Pereira Medrado  
Lee Anthony Medrado

**Contatos**

Tel. (11) 98031-7887  
Whatsapp: (11) 99543-5703  
primeiraevolucao@gmail.com  
<https://primeiraevolucao.com.br>  
São Paulo-SP - Brasil

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.**

**Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

**Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião do Conselho Editorial.**

Filiada à:



Publicada por:

Edições **Livro Alternativo**

A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

**PROPÓSITOS:**

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

**PRINCÍPIOS:**

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

**A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais**

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – n. 16 (maio 2021). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2021.

106 p. : il. color  
Bibliografia  
Mensal  
Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>  
ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.16>

**07 HOMENAGEM** Sylvia Lia Grespan Neves

## COLUNAS

**12 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes**

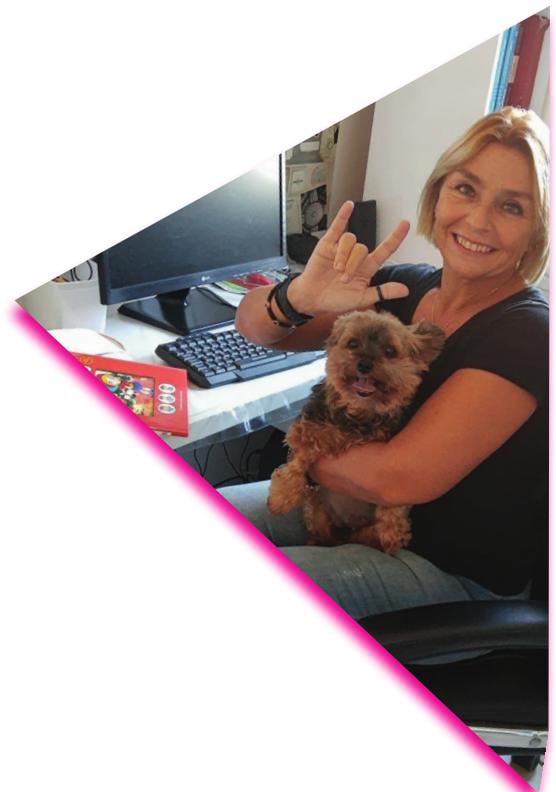
Isac dos Santos Pereira

**14 A CAMINHO DA ESCOLA**

Ivete Irene dos Santos

**104 POIESIS**

Carlos Eugênio Rêgo, Edivan Costa Gomes, Patrícia Diniz, Sonia Capano.



## ARTIGOS

\* Destaque

★ 1. INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DAS BRINCADEIRAS Carla Ferraz	17
2. ARTE E PRÁTICAS NORTEADORAS NO DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES Cinthia Caroline Gomes Lima de Oliveira	25
3. MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO Débora Miriam Bezerra de Andrade	31
4. O DESENVOLVIMENTO DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO INTEGRAL Debora Rodrigues da Silva	37
5. A ALFABETIZAÇÃO E AS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA Edna dos Reis Ricardo	43
6. EDUCAÇÃO DE SURDOS Eliane de Jesus Ribeiro Souza	49
★ 7. A IMPORTÂNCIA E OS BENEFÍCIOS DA MÚSICA NO CURRÍCULO ESCOLAR Erich Messias do Nascimento	53
8. A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA Fellipe William Marques Martins	61
9. A FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO EDUCACIONAL DO ENSINO SUPERIOR Izilda Marques Bastos Trindade	69
10. AS ARTES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO Luiz Ricardo Fueta	77
11. ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO Maynara Chaves Ferreira	83
12. A ARTE E O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS Renata de Andrade Mendes	87
13. ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO, LITERATURA E A APRENDIZAGEM Rosemary Nunes Gomes	95
14. A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA Sileusa Soares da Silva	99

## O DESENVOLVIMENTO DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO INTEGRAL

DEBORA RODRIGUES DA SILVA

**RESUMO:** O trabalho de pesquisa realizado ressalta a importância da inclusão na educação e principalmente o olhar de escolas e educadores frente a essa nova realidade. De maneira a compreender esse contexto, foi feita uma pesquisa sobre a história da inclusão, as etapas e inúmeras dificuldades encontradas, até chegar aos dias atuais em que o educador mesmo com todos os recursos disponíveis, ainda enfrenta algumas dificuldades em lidar com a inclusão de alunos com deficiências físicas, motoras, intelectuais e suas particularidades. A metodologia utilizada foi um levantamento bibliográfico, retrospectivo, utilizando-se trabalhos publicados por fontes validadas pela comunidade científica, escritos em português, nos quais foram descritas situações de maior riqueza de informações sobre a autopercepção cognitiva e física de pessoas com Deficiência Intelectual.

**Palavras-chave:** Aprendizagens. Deficiências. Inclusão. Escola. Superação.

### INTRODUÇÃO

A inclusão como prática educativa é recente em nossa sociedade, sendo que na educação inclusiva nenhum aluno, sem exceção, deve ficar longe de ser acolhido e não devemos também aceitar, em uma escola ou entre escolas do mesmo sistema de ensino, situações que se caracterizam como ações excludentes e discriminatórias, através de um processo de avaliação seletiva.

Muitos estudos têm sido realizados com o intuito de entender como a aprendizagem ocorre. Objetivando respostas que auxiliem profissionais a compreenderem o por que uns alunos aprendem com tanta facilidade enquanto outros têm dificuldades no mesmo processo. Entender e agir de forma positiva sobre estas dificuldades é conduzir o aluno a ultrapassar os seus limites, que muitas vezes é imposto por déficit cognitivo, físico ou até mesmo afetivo.

Sendo assim, cabe escola garantir a permanência deste aluno na instituição, com a oferta de ensino de qualidade, mesmo que seja desafiador, acredita-se que o primeiro passo para a inclusão é lidar com a diferença de maneira natural, entender que é uma condição humana que estará sempre presente em nossa sociedade, cabendo a todos respeitar e aceitar a possibilidade de enriquecer a convivência na sociedade.

O tema dificuldade de aprendizagem vem sendo amplamente discutido pelos governantes e por especialistas da área da educação, visando encontrar as principais causas e a melhor forma de lidar com ela e assim auxiliar o aluno nessa etapa, para isso cada caso deve ser avaliado particularmente, incluindo no diagnóstico o entorno familiar e escolar. Tanto pais como professores devem estar atentos quanto ao processo de aprendizagem, tentando descobrir novas estratégias, novos recursos que levem o educando ao aprendizado (BRASIL, 1996).

Para que ocorra uma transformação quanto a inclusão escolar, mudanças são necessárias em todos os setores, a legislação garante o direito e obrigatoriedade legal de acolher esses educandos, pois o direito à educação é universal e para todos. Portanto Políticas Públicas voltadas para esse acolhimento devem ocorrer e uma nova estruturação com mudanças no processo de ensino, qualificação profissional para um domínio metodológico com práticas e avaliações coerentes, currículos apropriados que atendam essas diferenças, dentre outros fatores que possibilitem esse aprendizado e atendam suas especificidades, de forma a estimular e valorizar sua aprendizagem.

É considerada escola inclusiva aquela que abre espaço para todas as crianças, abrangendo, portanto, aquelas que apresentam necessidades especiais. Inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que proclamou, dentre outros princípios, o direito de todos à educação,

---

independente das diferenças individuais – esta declaração teve como referência a Conferência mundial sobre educação para todos – a educação inclusiva propõe que todas as pessoas com deficiência sejam matriculadas na escola regular (BRASIL, 1996).

O grande desafio do professor de educação infantil, preocupado com os temas atuais é educar na perspectiva de uma nova sociedade. Desde o ano de 1994, com o advento da Declaração de Salamanca, temos visto diversos debates a respeito da inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar. A inclusão tem sido motivo de discussões no âmbito educacional tanto na forma de legislação quanto na teoria e prática. Todavia são ainda poucos os estudos que identificam as concepções inclusivistas dos professores que trabalham com este público.

A inclusão da creche nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, como a primeira etapa da Educação Básica juntamente com a Pré-Escola, trouxe um novo significado a essa instituição, que deixou de ser vista como uma segunda casa, aspecto assistencialista, para ocupar um espaço dentro da educação e cuidado com as crianças. A Educação Infantil, ao longo dos anos, tem sido desconsiderada diante da implantação de políticas públicas voltadas para a infância. As crianças, filhos de trabalhadores das classes mais baixas, disputam um verdadeiro combate para obter acesso a esta etapa da escolarização, o que resulta, em sua maioria, na primeira exclusão vivenciada pelas crianças e suas famílias.

Educação Inclusiva é um movimento mundial baseado nos princípios dos direitos humanos e da cidadania, onde o objetivo principal é eliminar a discriminação e a exclusão, garantindo o direito à igualdade de oportunidades e a diferença, modificando os sistemas educacionais, de maneira a propiciar a participação de todos os alunos, especialmente aqueles que são vulneráveis à marginalização e a exclusão.

A criação de diversas leis, como a presente no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), art. 54, III, que afirma: “É dever do estado assegurar à criança e ao adolescente [...] atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. E, ainda, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996, cap. V, “Da educação especial”, parágrafo 3º, que determina: “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil” (BRASIL, 1996), contribuiu de forma significativa para melhorias no que concerne a políticas de inclusão de pessoas com deficiência.

## INCLUSÃO E SUAS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

É diante desse novo paradigma educativo, em que a escola deve-se redefinir como uma instituição social que tem por dever atender a todas as crianças, sem exceção, que surgem os aspectos que se julgam principais na construção de uma proposta inclusiva e que serão aqui analisados.

Este trabalho tem como base a pesquisa bibliográfica, pois procura através de trabalhos científicos e ou artigos, mostrar que a escola é um espaço democrático, que deve estar aberto e preparado para receber todos os alunos. Com este levantamento bibliográfico procura-se contribuir com outras pesquisas que têm a preocupação em trabalhar a inclusão na Educação Infantil é muito importante para que a criança se adapte ao ambiente escolar e possa dar sequência aos seus estudos no Ensino Fundamental sem maiores dificuldades. Para isso, gestores, educadores e toda a equipe pedagógica precisam estar engajados e preparados para oferecer todo o suporte e atenção que as crianças precisam.

Ao longo da história, verifica-se que a educação especial esteve marcada, inicialmente, pela segregação e exclusão. As pessoas com deficiências eram, muitas vezes, ignoradas, abandonadas, encarceradas e até mesmo eliminadas. Num segundo momento, reconheceu-se que essas pessoas possuíam certas capacidades, ainda que limitadas, entre elas a de aprender. No entanto, predominou por longos períodos da história um olhar de tutela em relação a esses sujeitos, e a prática para com as pessoas com deficiência passou da rejeição à “proteção”, utilizando-se para tanto de asilos e abrigos dos quais essas pessoas raramente saíam, além de receberem tratamento e práticas inadequadas (FRANÇA, 2014).

Conforme Mantoan (2006), para a inclusão escolar acontecer, é o professor quem deve retomar o poder que está centrado na escola, afinal é ele que faz a educação acontecer. Segundo Correia (2008, p.16), para os alunos com dificuldade de aprendizagem: “[...] há que considerar um conjunto de fatores que podem facilitar a sua aprendizagem, como são, por exemplo, a reestruturação do ambiente educativo; a simplificação das instruções no que diz respeito às tarefas escolares; o ajustamento dos horários; a alteração de texto e do trabalho de casa; o uso de tecnologias de informação e comunicação; as propostas de avaliação”.

---

Dificuldade de aprendizagem é um problema que está relacionado a uma série de fatores e podem se manifestar de diversas formas, como: transtornos, dificuldade significativa na compreensão e uso da escuta, na forma de falar, ler, escrever, raciocinar e desenvolver habilidades matemáticas. Esses transtornos são inerentes ao indivíduo podendo ser resultantes da disfunção do sistema nervoso central, e podem acontecer ao longo do período vital. Podem estar também associados a essas dificuldades de aprendizagem, problemas relacionados à conduta do indivíduo, percepção social e interação social, mas não estabelecem por si próprias um problema de aprendizagem (GARCIA, 1998 p.31-32). Para que seja identificada uma dificuldade de aprendizagem é preciso uma avaliação, e a partir dos resultados obtidos, deve ser planejada a aplicação de um programa de intervenção pedagógica, problemas de aprendizagem precisam ser identificados e trabalhados, o profissional deve conhecer o conjunto das variáveis e a origem do problema para que possa trabalhar de forma específica e tentar resolver.

Os relatos foram analisados e os dados mostram que os professores vêem como principal contribuição no processo de inclusão, a socialização das crianças. Algumas deficiências encontram maiores dificuldades nesse processo, como a deficiência mental, ao contrário da física. Analisamos ainda problemas com o espaço físicos e formação específicas para os professores. Sendo assim, pode-se concluir que é preciso possibilitar ao professor conhecimento e adequações no espaço físico para que se possam explorar melhor dentro dos ambientes os avanços entre as crianças.

A função deste tipo de atividade lúdica, segundo Piaget (1969, p.29), consiste em satisfazer o eu por meio de uma transformação do real em função dos desejos: " a criança que brinca de boneca refaz sua própria vida, corrigindo-a a sua maneira, e revive todos os prazeres e conflitos, resolvendo-os, ou seja, completando a realidade através da ficção.

A aprendizagem pode ser definida como uma modificação do comportamento do indivíduo em função da experiência. "E pode ser caracterizada pelo estilo sistemático e intencional e pela organização das atividades que a desencadeiam, atividades que se implantam em um quadro de finalidades e exigências determinadas pela instituição" (ALVES, 2007).

O processo de aprendizagem traduz a maneira como os seres adquirem novos conhecimentos, desenvolvem competências e mudam o comportamento. Trata-se de um processo complexo que, dificilmente, pode ser explicado apenas através de recortes ao todo (ALVES, 2007, p.18).

O primeiro avalia a aprendizagem como um processo ativo, sendo que os alunos precisam realizar certa quantidade de atividades facilitando a assimilação dos conteúdos. O segundo define a aprendizagem como um processo construtivo, sendo que as atividades que os alunos desempenham têm como objetivo a construção do conhecimento. O terceiro menciona a aprendizagem como um processo onde o aluno deverá aprimorar e organizar as estruturas cognitivas.

De acordo com Fonseca (1984, p. 228), "a dificuldade de aprendizagem é uma desarmonia do desenvolvimento normalmente caracterizada por uma imaturidade psicomotora que inclui perturbações nos processos receptivos, integrativos e expressivos da atividade simbólica." Assim, a não aprendizagem dos alunos não pode ser simplesmente associada à ausência de interesse pelos estudos, mas deve ser compreendida como um problema cujas causas podem ser diversas e que influi, consideravelmente, na capacidade de aprender do aluno.

Considerando que as causas para a dificuldade de aprender podem ser diversas, analisaremos o fator ambiental que segundo Paín (p.33, 1985) é especialmente determinante no diagnóstico do problema de aprendizagem, na medida em que nos permite compreender sua coincidência com a ideologia e os valores vigentes no grupo. Se os problemas de aprendizagem estão presentes no ambiente escolar e ausente nos outros lugares, como no ambiente familiar, o problema deve estar no local de aprendizado, às vezes, a própria escola, com todas as suas fontes de tensão e ansiedade, pode estar agravando ou causando dificuldades na aprendizagem.

Ressalta Smith Strick (2001) que as dificuldades são as vezes tão sutis que normalmente as crianças não demonstram apresentar problemas algum nas primeiras séries iniciais, entretanto, a falta de experiência dos professores aliado ao medo dos pais em enfrentarem a situação de terem um filho com limitações de aprendizagem, dificulta a detecção do problema. Como esclarece Smith Strick (2001, p.15):

Muitas crianças com dificuldades de aprendizagem também lutam com comportamentos que complicam suas dificuldades na escola. A mais saliente dessas é a hiperatividade, uma inquietação extrema que afeta 15 a 20% das crianças com dificuldades de aprendizagem. Alguns outros comportamentos problemáticos em geral observados em pessoas jovens com dificuldade de aprendizagem

---

são os seguintes: fraco alcance, dificuldades para seguir instruções, imaturidade social, dificuldade com a conversação, inflexibilidade, fraco planejamento e habilidades organizacionais, distração, falta de clareza e falta de controle dos impulsos (STRICK, 2001, p.15).

No ambiente escolar, certas características do professor, como paciência, dedicação e vontade de ajudar podem facilitar a aprendizagem, ao contrário, o autoritarismo e o desinteresse, podem levar o aluno a desinteressar-se e não aprender, muitas vezes ele já vem de um histórico familiar conturbado, acompanhado de autoritarismo excessivo, separação, situações que não oferecem à criança um mínimo de carinho, compreensão, amor, recursos materiais e quando este chega a escola depara-se com um espaço semelhante que não o acolhe, incentiva ou auxilia. Como cita Strick e Smith (2001, p. 34):

A rigidez na sala de aula para crianças com dificuldade de aprendizagem é fatal. Para progredirem, tais estudantes devem ser encorajados a trabalhar o seu próprio modo. Se forem colocados com um professor inflexível sobre tarefas e testes, ou que usa materiais e métodos inapropriados às suas necessidades, eles serão reprovados. Se forem regularmente envergonhados ou penalizados por seus fracassos, os estudantes provavelmente não permanecerão motivados por muito tempo (STRICK; SMITH, 2001, p. 34).

O problema da dificuldade de aprendizagem é um assunto extenso à complexidade que rodeia esse tema desde 1963 o mesmo, vem sendo discutido com intensidade pelos educadores e profissionais ligados a essa questão como: médicos, fonoaudiólogos, psicólogos educacionais, assistente de ensino, assistente social, entre outros. Pois o conceito sobre dificuldade de aprendizagem representa diversas definições entre algumas esta essa citada por dois autores: “que ressaltam que as necessidades educativas especiais e inadaptação por déficit socioambiental” (SMITH; STRICK 2001).

A aprendizagem será tanto mais rápida quanto maior seja a necessidade do sujeito, pois a urgência da compensação dará mais relevância ao recurso encontrado para superá-la. Mas, salvo quando se trata de aprendizagens práticas e instrumentais, é difícil que se dê na aprendizagem humana uma necessidade primária reconhecida interceptivamente. Frequentemente apela-se para as motivações, primárias ou secundárias. No primeiro ligado as motivações são ligadas à satisfação proveniente do próprio exercício do prazer proporcionado pela equilibração em si. No segundo caso as gratificações provém do aplauso social, da evitação de um castigo ou do afeto do professor (PAÍN, 1992, p.23).

## **DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E SUA PARTE CONCEITUAL**

Pessoa portadora de deficiência é aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (AZEVEDO; BARROS, 2004, p, 78).

De acordo com Azevedo e Barros (2004) existe um decreto federal que descreve a pessoa com deficiência como alguém que possui deformidades permanentes nas estruturas ou no funcionamento do corpo, impossibilitando-o de realizar determinadas atividades.

Os mesmos autores afirmam que deficiência, de um modo geral é uma falta na capacidade de funcionalidade do corpo da pessoa, causando a esta algumas limitações. O decreto federal nº 914, de 6 de setembro de 1993 estabelece no Art. 3º que:

Com a fundação desses dois institutos teve-se então uma grande conquista para o atendimento das pessoas portadoras dessa deficiência, fazendo com que fosse aberto espaço para a conscientização e a discussão sobre a sua educação.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, estabelece a integração escolar, isto é, as crianças deficientes interagindo com as crianças tidas como normais na rede regular de ensino.

De acordo com os BNCC, Educação Especial se define da seguinte maneira (Brasil, 2001):

Modalidade da educação escolar entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (Res.CNE/CEB Nº 2/2001, p. 01).

---

Na década de 40, não se tinha preocupação com a criança deficiente, mas na década de 50 ocorreu uma expansão das classes e escolas especiais e instituições filantrópicas como, por exemplo, a Associação de Pais e Amigos do Excepcional – APAE (1954), (SILVA, 2012):

A partir do final dos anos 1960, e de modo mais destacado nos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda Constitucional de 1978 e a Lei nº 5692/71, de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional: as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação especial na educação escolar (os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/educação especial), (FERREIRA, 2006, p. 87).

A educação inclusiva tem adequações e apoio que se dão por meio de flexibilização e adaptações de recursos instrucionais como materiais pedagógicos, equipamentos, currículos entre outros, com capacitações de recursos humanos: professores, instrutores e profissionais especializados, eliminação de barreira atitudinais, arquitetônicas, curriculares, comunicativas, sinalização, etc. e encaminhamento para o mercado de trabalho. De acordo com Carvalho (2007):

É oportuno considerar a educação especial/inclusiva como conjunto de recursos e serviços educativos que, na escola ou fora dela, podem contribuir para o processo de aprendizagem de alunos que, por inúmeras causas endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresentam necessidades educacionais especiais (CARVALHO, 2007, p. 79).

Em 1960 foi criada a “Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais” (CADEME), ela tinha por finalidade promover em todo território nacional, a “educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças com problemas mentais de qualquer idade ou sexo” (MAZZOTTA, 1996, p. 46).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão como prática educativa é recente em nossa sociedade, sendo que na educação inclusiva nenhum aluno, deve ficar sem acolhimento em escolas regulares. Sendo assim, cabe à escola garantir a permanência deste aluno na instituição, com a oferta de ensino de qualidade, embora seja desafiador e trabalhoso, acredita-se que para a inclusão é lidar com a diferença de maneira natural, sem encobri-la ou destacá-la em excesso, pois é uma condição que estará sempre presente na vida desse aluno, cabendo a todos respeitar e aceitar a possibilidade de enriquecer a convivência na sociedade.

A inclusão escolar está sendo conquistada aos poucos, infelizmente, muito já foi conquistado, depois de vários anos de luta mas ainda há muito a se fazer e aprender e se faz necessário que o poder público promova atitudes que reais que possam suprir as necessidades de uma educação mais tolerante e verdadeiramente democrática, com respeito às diferenças e as deficiências, só assim poderemos falar em educação inclusiva efetiva.

O meio escolar deve ser um lugar que propicie determinadas condições que facilitem o crescimento, sem prejuízo dos contatos com o meio social externo. Há dois pressupostos de partida: primeiro, é que a escola tem como finalidade inerente a transmissão do saber e, portanto, requer-se a sala de aula, o professor, o material de ensino, enfim, o conjunto das condições que garantam o acesso aos conteúdos; segundo, que a aprendizagem deve ser ativa e, para tanto, supõe-se um meio estimulante (LANE e CODO, 1993, p. 174).

A escola é um dos agentes responsáveis pela integração da criança na sociedade além da família. É um componente capaz de contribuir para o bom desenvolvimento de uma socialização adequada da criança, por meio de atividades em grupo, de forma que capacite o relacionamento e participação destas atividades, caracterizando em cada criança o sentimento de sentir-se um ser social.

Se a criança não se envolve com o grupo ou este não a envolve, começa haver um baixo nível de participação e envolvimento nas atividades e, conseqüentemente, o isolamento interferirá no desempenho escolar. Comportamento retraído, ou agitado, desvinculado do que pode se chamar de temperança, equilíbrio de uma criança no ambiente escolar pode estar sofrendo interferência do ambiente familiar. Mas também, pode estar relacionado a fatores biológicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Celso. **Professores e professores: reflexões sobre a aula e prática pedagógica diversas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BARTALOTTI, C. C. **Inclusão social das pessoas com deficiência: Utopia ou possibilidade**. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 2008.
- BUENO, Geraldo Silveira. **Educação Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1999.
- CORREIA, Luís de Miranda; MARTINS, Ana Paula. **Que determinará o sucesso escolar de um aluno com DA?** – Biblioteca Digital – Coleção Educação. Porto Editora. 2008.
- FIORI, K.; MANZINI, E.J. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física nos anos finais: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília: ABPEE, 2014. Disponível em: . Acesso em 11/04/2021.
- FONSECA, Vitor da. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987. p 127.
- FONSECA, Vitor da. **Uma Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Lisboa: editorial notícias, 1984.
- FREITAS, S. N. Uma escola para todos: reflexões sobre a prática educativa. **Revista da Educação Especial e Inclusão**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: Acesso em 12/04/2021.
- MANTOAN, Maria T. E; PRIETO, Rosângela G; AMORIM, Valéria. **Inclusão Escolar: ponto e contrapontos**. 4. Ed. São Paulo: Summus, 2006.
- MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.
- SOUZA, A.M.C.; **A criança especial: temas médicos, educativos e sociais**. São Paulo: Roca, 2003.
- UNESCO. Arquivo aberto sobre a educação inclusiva, Paris, 2001.

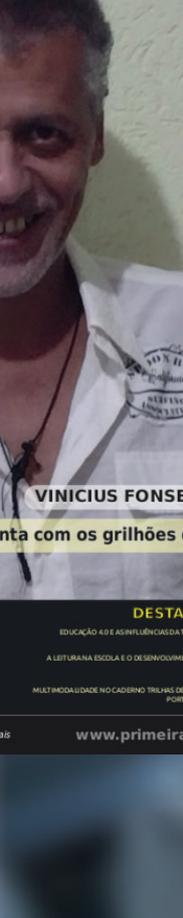


### **Debora Rodrigues da Silva**

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Pós Graduação em Educação Infantil na Universidade Nove de Julho. Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

# EVOLUÇÃO

ISSN 2 675-2573



Filiada à:



### AUTORES(AS):

- Carla Ferraz
- Cinthia Caroline Gomes Lima de Oliveira
- Débora Miriam Bezerra de Andrade
- Debora Rodrigues Da Silva
- Edna dos Reis Ricardo
- Eliane de Jesus Ribeiro Souza
- Erich Messias do Nascimento
- Fellipe William Marques Martins
- Izilda Marques Bastos Trindade
- Luiz Ricardo Fueta
- Maynara Chaves Ferreira
- Renata de Andrade Mendes
- Rosemary Nunes Gomes
- Sileusa Soares da Silva

**ORGANIZAÇÃO:**  
Vilma Maria da Silva  
Manuel Francisco Neto

<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.16>



Edições  
**Livro Alternativo**



[www.primeiraevolucao.com.br](http://www.primeiraevolucao.com.br)